



**MUNICÍPIO DA SERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**171ª Reunião Plenária do COMDEMAS**

**Data: 19/04/2016, terça-feira**

**Horário: 09h00 às 12:00**

**Local: Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, localizado à Rua Floriano Peixoto, nº 205, Centro, Município da Serra, Estado do Espírito Santo**

**Pauta dos trabalhos:**

1. Verificação do Quórum e Abertura da sessão
2. Aprovação da ata da 171ª Reunião Plenária
3. Informes gerais:
  - 3.1. Limpeza da Lagoa do Baú – Carapebus;
  - 3.2. Construção da sede da APA Mestre Álvaro;
  - 3.3. Andamento dos projetos Agente Ambiental Mirim e Agente Comunitário;
  - 3.4. Lançamento do Edital para preenchimento da vaga, no COMDEMAS, de representante da comunidade científica de reconhecida atuação na área ambiental;
  - 3.5. Formação do Grupo Técnico para discussão da reformulação da Lei Municipal nº. 2199/1999;
  - 3.6. Esclarecimentos sobre as responsabilidades definidas no Contrato de Programa efetivado entre Município da Serra e Cesan e acerca da Gestão do contrato de concessão do esgotamento sanitário à Concessionária de Saneamento Serra Ambiental;
4. Apreciação e deliberação sobre a proposta de criação da Câmara Técnica de Análise e Julgamento de Recursos Administrativos;
5. Apresentação e aprovação do Parecer da Comissão de Avaliação acerca do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Bicanga
6. Informes da Comissão de Avaliação acerca do Plano de Manejo da APA Estadual do Mestre Álvaro: avanços e calendário
7. Relato de Processos:
  - 7.1. **Processo n.º:** 49685/2015 e apensos – AKLA Indústria de Cosméticos Ltda. **Relator:** Rodrigo Scárdia Gimenes – Sindicatos. **Vistas:** Júlio César Tavares Portela – CDL. **Ementa:** Realizar disposição irregular de resíduos sólidos (embalagens plásticas) no solo, provenientes do processo produtivo da empresa, em 19/08/2015 às 10h15, na rua Natal, bairro Alterosas; a disposição alterou o aspecto de local especialmente protegido por lei (Zona de Proteção Ambiental 02). Foi constatado, ainda, que a empresa operava sua atividade com a licença ambiental vencida. Ato de Infração nº. 8269700/2015, multa no valor de R\$ 57.003,00. Impugnação alega que a empresa retirou as embalagens de sua fabricação dispostas na área, não tendo havido, portanto, qualquer alteração no solo original; que procede ao requerimento de licença ambiental; que a aplicação é arbitrária e desproporcional. Decisão JAR nº. 613/2015, mantendo a multa em sua totalidade. Recurso reitera os termos da defesa, requerendo nulidade do Ato de Infração, determinando-se arquivamento do processo.



**MUNICÍPIO DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

- 7.2. Processo n.º:** 49455/2015 e apensos – Rancho Serra Azúl Ltda. **Relator:** Júlio César Tavares Portela – CDL. **Ementa:** Dispor resíduo sólido no solo, sem tratamento adequado. O fato foi constatado em 17/08/2015, às 16:10, no Rancho. Ato de Infração nº. 8269699/2015, Multa no valor de R\$ 5.000,00. Impugnação alega que existia um aterro em operação, licenciado, e que seguiu em Termo de Compromisso firmado com a SESE, sendo esta a responsável pelo transporte, transbordo e triagem de resíduos no local; que a SESE efetuou a separação de pneus e plásticos para posterior retirada e, após a paralisação das atividades de aterro no local houve desmobilização da equipe sem retirada do material; que ao ser Notificado, solicitou o comparecimento da SESE, que retirou o material que estava disposto na área; solicita enquadramento da penalidade da multa para pessoa física e redução máxima com posterior conversão. Decisão JAR nº. 681/2015, mantendo o Ato de Infração em sua totalidade, pois a área da atividade é diversa daquela anteriormente licenciada, e o resíduo não tinha correlação com a SESE. O recurso apresentado não traz novos elementos, e requer cancelamento da multa, ou sua redução em 80% por ter retirado.
- 7.3. Processo n.º:** 29555/2015 e apensos – Joatan Pestana Silves ME. **Relator:** Josebel Baptista – Serviços Públicos.. **Ementa:** Operar a atividade de bar com música ao vivo sem licença ambiental de operação, desobedecendo o ato de infração (embargo) nº 000389/2015. Ato de infração nº. 8269569/2015 - Multa no valor de R\$ 5.000,00. O autuado apresentou defesa solicitando cancelamento do ato, argumentando que a Lei nº 3083/2007 em seu artigo 6º permite a execução de música mecânica e ao vivo desde que não provoque ruído excessivo; que a atividade não consta na Resolução CONAMA nº. 237/97 como sujeita a licenciamento ambiental; que não foi dado prazo para adequação; e que não houve nenhum laudo técnico para determinar se a música executada estava acima do permitido pela legislação. Decisão JAR nº 374/2015 mantendo a multa em sua totalidade. Recurso reitera os termos de defesa solicitando cancelamento do Ato, redução da multa ao mínimo e conversão do valor restante.
- 7.4. Processo n.º:** 29557/2015 e apensos – Joatan Pestana Silves ME. **Relator:** Josebel Baptista – Serviços Públicos. **Ementa:** Operar a atividade de bar com música ao vivo sem licença ambiental. O local não possui estrutura física para condicionar o ruído em seu interior. Ato de infração nº. 8269568/2015 - Multa no valor de R\$ 3.002,00. O autuado apresentou defesa solicitando cancelamento do ato, argumentando que a Lei nº 3083/2007 em seu artigo 6º permite a execução de música mecânica e ao vivo desde que não provoque ruído excessivo; que a atividade não consta na Resolução CONAMA nº. 237/97 como sujeita a licenciamento ambiental; que não foi dado prazo para adequação; e que não houve nenhum laudo técnico para determinar se a música executada estava acima do permitido pela legislação. Decisão JAR nº 373/2015, mantendo a penalidade em sua totalidade. Recurso reitera os termos de defesa solicitando cancelamento do Ato, redução da multa ao mínimo e conversão do valor restante.
- 7.5. Processo n.º:** 42716/2015 e apensos – Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN. **Relator:** Alexandre D'Ávila Charpinel – Instituto Bioecologia. **Ementa:** Alterar aspecto de local especialmente protegido por lei, realizando o despejo de esgoto in natura diretamente sobre o solo na praia de balneário de Carapebas, entre a Rua Jacarandá, esquina da Av. Carapebas, sem os devidos controles ambientais e/ou tratamento adequado, e também ocasionando transtornos aos transeuntes; em 13/07/2015, às 14h00, na orla do balneário de Carapebas. Ato de Infração nº. 8269655/2015, multa no valor de R\$ 250.000,00. Impugnação alega que a existe vício formal no preenchimento do ato, sem o endereço da ocorrência; impugnação



**MUNICÍPIO DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

errônea da penalidade infringida, classificando a autuada como pessoa física; ausência de responsabilidade pelo fato; inadequação do valor da multa. Decisão JAR nº. 532/2015, reduzindo a multa para R\$ 200.000,00. Recurso reitera os termos da defesa, requerendo nulidade do Ato de infração, diante da ilegitimidade passiva da Cesan; insubsistência do Ato de infração com arquivamento do processo e cancelamento da multa por inexistir nexo de causalidade entre o dano e a ação/omissão da recorrente; cancelamento da infração referente ao art. 109; ou redução do valor da multa, considerando que houve reparação imediata do dano, que este foi mínimo e de natureza leve.

- 7.6. Processo n.º: 52796/2015 e apensos – Concessionária de Saneamento Serra Ambiental. Relator:** Alexandre D'Ávila Charpinel – Instituto Bioecologia. **Ementa:** Realizar lançamento de efluente doméstico (esgoto) em via pública, em 17/01/2015 às 11h50, sendo carreado para uma APP, proveniente de um PV da autuada, localizado na Av. Paulo Pereira Gomes, Morada de Laranjeiras, em frente a Transportadora Excelsior. Lavrado em atendimento à determinação contida na Decisão JAR nº. 199/15. Ato de Infração nº. 8269719/2015, multa no valor de R\$ 60.002,00. Impugnação alega que a existe vício formal insanável em razão da falta de caracterização da APP supostamente atingida; inexistência de dano ambiental; inaplicabilidade de multa simples conforme §3º do art. 7º do Decreto Municipal 78/00. Requer nulidade do Ato, conversão e/ou redução da multa em 80%. Decisão JAR nº. 620/2015, mantendo a multa em sua totalidade. Recurso reitera os termos da defesa, requerendo cancelamento da multa; redução e conversão do valor remanescente.
- 7.7. Processo n.º: 23958/2015 e apensos – Elias Schletz. Relator:** Carlos Alberto de Freitas Ribeiro – FTIES. **Ementa:** Desenvolver dentro de Unidade de Conservação do Município (APA da Lagoa Jacuém), atividade com fins comerciais (aluguel para festas e eventos) sem autorização da SEMMA; executar obra de aterro e escavações em UC do Município (APA da Lagoa Jacuém) sem autorização da SEMMA; alterar o aspecto de local especialmente protegido por lei (APP, ZPAs e UC) em razão de seu valor paisagístico, turístico e ecológico, sem autorização da autoridade competente, à Av. Santarém, Sítio Paraíso, Barcelona, Serra/ES. Ato de Infração nº. 8269436/2015, Multa no valor de R\$ 10.703,00. Impugnação alega que o autuado apenas executou o serviço devido à quantidade de lixo e terra que entrou em sua propriedade após episódio de chuva; alega que presta um serviço à municipalidade. Decisão JAR nº. 333/2015, mantendo a multa. Recurso indica que a propriedade foi recebida em herança e que já é ocupada pela família a mais de 35 anos, possuindo inclusive escritura, e reitera os termos da defesa. Requer a insubsistência do Ato de Infração; e/ou nulidade da multa por se tratar de uma propriedade particular não usada para fins comerciais, e que não houve aterro ou escavação na área; ou redução da multa em 80% visto que não há reparação a fazer.
- 7.8. Processo n.º: 69570/2014 e apensos – Helton José Bellotti Panesi. Relator:** Carlos Alberto de Freitas Ribeiro – FTIES. **Ementa:** Operar empreendimento potencialmente ou efetivamente poluidor sem licença ambiental para a atividade de lava-jato. Ato de Infração nº. 8269075/2014, Multa no valor de R\$ 2.001,00. Impugnação solicita cancelamento da multa argumentando que sua empresa nunca fora notificada pela administração municipal para requerer a licença ambiental, até porque sua atividade principal seria de polimento de veículos, que não é potencialmente poluidora. Consta no Relatório que houve, sim, a Notificação prévia, sob nº. 3961/2014, em 18/07/2014, não atendida. Decisão JAR nº. 069/2015, mantendo a



**MUNICÍPIO DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

multa. Recurso reitera os termos da defesa e requer insubsistência da multa em decorrência da perda de prazo, pelo Município, para julgamento.

**7.9. Processo n.º:** 91739/2014 e apensos – José Coetinho. **Relator:** Fernanda Passamani – ASES. **Ementa:** Utilizar equipamentos produtores de amplificadores de som, instalados no veículo automotor placa MRG 2745, gerando ruído e incômodo à vizinhança, em frente à Igreja Matriz de São Lourenço. Auto de Infração n.º. 000691/2014, Multa no valor de R\$ 2.000,00. Impugnação solicita cancelamento da multa porque o pegaram com o porta-malas aberto e o som estava desligado; que não passaram nenhum tipo de aparelho para medir a altura do som e não pegaram em flagrante. Decisão JAR n.º. 282/2015, mantendo a multa. Recurso reitera os termos da defesa e requer cancelamento da multa.

**7.10. Processo n.º:** 36159/2015 e apensos – Onix Construções. **Relator:** Fernanda Passamani – ASES. **Ementa:** Realizar atividades de extração mineral/empréstimo às coordenadas UTM 24K 374812 / 7771044 (Datum WGS84), por não dispor de autorização ou licença ambiental que permita tal atividade. Auto de Infração n.º. 8269632/2015, Embargo, e Notificação n.º. 8276119/2015, para apresentação de PRAD. Impugnação alega cerceamento da defesa ante a ausência de processo administrativo e parecer técnico e ausência de responsabilidade pelos danos ambientais observados. Decisão JAR n.º. 416/2015, mantendo a penalidade e a obrigação de executar PRAD. Recurso reitera os termos da defesa e requer o cancelamento do embargo e a dilação de prazo para apresentação de PRAD, caso julgado obrigatório.

**8. Distribuição de processos para relato na 173ª Reunião Plenária**

**9. Encerramento**